



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº _____, DE (Do Sr. Wellington Roberto)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle relativa a denúncias de irregularidades e favorecimentos em processos licitatórios pelo Governo Federal à empresa privada EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos).

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, §1º, combinado com os artigos 60 - incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência, que ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização sobre atos e controles administrativos praticados pelo Governo Federal quanto a denúncias divulgadas sobre irregularidades ou favorecimento à empresa privada EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), em processos licitatórios pelo Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias publicadas nos jornais e na mídia em geral vêm a cada dia fortalecendo a hipótese de que a empresa privada EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos) vem obtendo privilégios junto ao Governo Federal, especialmente quanto a licitações de grandes projetos de infraestrutura, contrariando frontalmente legislação relativa ao tema.

O portal da EBP na internet¹ informa que a missão dela é:

¹ http://www.ebpbrasil.com/ebp/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=25178



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

“Somos uma **empresa privada** voltada para o interesse público que atua como **assessor técnico neutro de governos**.

Nossa missão é desenvolver, com **imparcialidade e transparência**, projetos de infraestrutura que contribuam para o desenvolvimento econômico e social brasileiro criando oportunidades de investimento para o setor privado.

A EBP desenvolve com governos, em nível federal, estadual ou municipal, projetos de infraestrutura tradicional - rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos, transporte urbano, saneamento - e também de infraestrutura social - hospitais, escolas, centros de ressocialização, entre outros.” (grifos nossos)

Quanto aos investidores, a EBP informa² o seguinte:

“Somos uma empresa privada que entende as necessidades de investidores e financiadores de projetos de infraestrutura. A EBP desenvolve projetos que passam por uma avaliação de atratividade e viabilidade do nosso Conselho de Administração que é composto pelos líderes das áreas de *project finance* dos bancos Banco do Brasil, Banco Espírito Santo, Banco Votorantim, Bradesco, Citibank, Itaú, Santander e Unibanco, em conjunto com o BNDES.”

Órgãos federais de controle, tais como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, já foram, em determinadas e específicas situações, chamados a examinar e investigar possíveis irregularidades.

No entanto, é preciso que esta Casa reúna esforços no sentido de que de maneira mais ampla e sistematizada as irregularidades, caso de fato existam, sejam devidamente apuradas. Para esse fim é necessário que o TCU possa auxiliar esta Comissão – e por extensão o Congresso Nacional – na função precípua de apoio ao Congresso, tal como constitucionalmente previsto.

Seguem amostras de algumas publicações recentes, dentre muitas disponíveis, que indicam a possibilidade de direcionamento de licitação a uma empresa privada com o aparente objetivo de se obter maior velocidade na realização de projetos e obras de grande vulto em nosso País:

1) Folha de São Paulo, 05/09/2013:

“Editais de licitação de portos de Santos e do Pará estão distorcidos, afirma Antaq

Júlia Borba, Dimmi Amora, de Brasília

Os futuros investidores que pretendem participar da licitação do Porto de Santos e dos portos do Estado do Pará podem ter de fazer investimentos até 50% superiores ao previsto em edital. Segundo manifestações técnicas da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) obtidas pela Folha, a distorção está relacionada a falhas e omissões encontradas nos estudos feitos pela EBP (Estruturadora

² http://www.ebpbrasil.com/ebp/web/conteudo_pti.asp?conta=45&id=66487&tipo=25191&idioma=0



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Brasileira de Projetos), nos quais a agência se baseou para preparar a minuta do edital.

Os pareceres internos das áreas jurídicas e técnicas --que não foram colocados à disposição do mercado -- mostram, por exemplo, que os limites físicos de cada terminal não estão claramente delimitados e os bens que serão inventariados ou licitados não foram sequer identificados.

Mesmo diante de recomendações internas para a realização de novas análises e ajustes no texto, a Antaq decidiu abrir consulta pública para os editais, processo que se encerra amanhã.

Parecer da AGU sobre o caso diz que o objetivo da audiência pública não seria alcançado caso as minutas dos editais tomassem como base os estudos técnicos da EBP, "permeados de falhas e incompletudes essenciais ao dimensionamento do objeto da licitação".

A AGU destaca que a consulta pública somente deveria ser aberta após superados os problemas expostos, o que não foi feito.

Em nota, a Antaq defende que "se eventualmente chegarmos à conclusão, no âmbito da consulta pública em curso, que aprimoramentos devam ser efetuados, os mesmos serão considerados". (...)”

2) Folha de São Paulo, 05/09/2013:

“Interessados em leilão de portos reclamam de falta de transparência na disputa

Júlia Borba, Valdo Cruz, de Brasília

Empresários e investidores interessados em participar do leilão do Porto de Santos e dos portos do Estado do Pará acusam a EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos) de promover conversas particulares e sigilosas para tirar dúvidas sobre projetos e editais.

A Folha apurou que a EBP mandou e-mails para os possíveis participantes da disputa, ao longo da semana passada, se oferecendo a agendar conversas com os integrantes da equipe técnica que desenvolveu os estudos.

Os investidores interessados nos leilões temem que as conversas reservadas possam servir para beneficiar grupos específicos, uma vez que não serão monitoradas e são, por definição, sigilosas. A EBP confirma as reuniões, mas nega que tenha o interesse de privilegiar algum lado.

Os encontros teriam duração de 50 minutos e serviriam para "colher contribuições e dirimir eventuais dúvidas dos investidores interessados". O texto dos emails diz que "as sessões serão realizadas individualmente com cada investidor em São Paulo".

No email, a EBP ainda orienta os convidados sobre como será o encadeamento dos tópicos. "Começando com uma breve introdução,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

seguida de perguntas e respostas". Na nota, também está dito que nenhum integrante do governo irá participar.

"Todo o teor da reunião será mantido sob sigilo, sendo que a identidade e as questões levantadas não serão conhecidas por outros que venham a participar."

A EBP, que pertence a nove grandes bancos privados e oficiais, tem a função de elaborar os estudos que subsidiam o setor público na realização das concessões públicas. Os projetos apontam os valores a serem pagos pelos concessionários, os prazos da concessão e o tipo de obra a ser feita.

A EBP já está sendo investigada por suposto privilégio do governo na elaboração de estudos que subsidiam o setor público na realização das concessões públicas. Ministério Público e TCU (Tribunal de Contas da União) apuram denúncias.

Os investidores dizem que as reuniões individuais patrocinadas pela EBP são ilegais e que só o governo poderia prestar esclarecimentos em audiências públicas.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a EBP informou que realiza reuniões com potenciais investidores "com o intuito de ouvi-los a respeito dos estudos divulgados em consulta pública".

A empresa defende que esta é uma prática "comum e saudável, pois permite aos potenciais investidores apontar eventuais falhas ou sugerir aperfeiçoamentos dos trabalhos da EBP".

A EBP disse ainda que foram convidadas aproximadamente 100 empresas e as reuniões acontecerão em São Paulo nesta semana.

GUERRA

O Palácio do Planalto e boa parte dos atuais operadores de portos estão em guerra. O setor reclama, por exemplo, que o governo colocou em licitação contratos que ainda estão em vigor e que têm previsão de renovação.

A equipe da presidente Dilma Rousseff se defende alegando que o setor precisa ser reformulado para baratear custos de importação e exportação. Diz ainda que não está quebrando contratos.

O setor alerta para o risco de judicialização do processo, o que já está começando a ocorrer. Algumas empresas estão operando nas áreas que serão licitadas amparadas por decisões judiciais."

3) O Globo, 02/09/2013:

"Portos: reunião da EBP com empresas gera polêmica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Potenciais candidatos a concessões são chamados a encontros privados para debater projeto

Danilo Fariello

BRASÍLIA E RIO - Escolhida para elaborar os projetos das concessões dos portos, a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), empresa criada por bancos públicos e privados, envolveu-se em nova polêmica. Sem o conhecimento de órgãos públicos, enviou convites a potenciais concorrentes, advogados e consultores para discutir sigilosamente os projetos das primeiras concessões de terminais portuários, em processo paralelo à consulta pública oficial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Em julho, o GLOBO publicou reportagem revelando que investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União apontava indícios de favorecimento à EBP pelo governo. Chamou a atenção do TCU o fato de a empresa ter elaborado minutas de editais de concessões federais, o que caracterizaria uma mistura entre papéis públicos e privados.

— Está havendo uma concorrência entre a audiência pública e uma aberração privada que afeta a isonomia do processo. Existe a consulta formal para se tirar dúvidas, envolvendo todos os interessados, mas, do jeito que a EBP faz, só recebe as informações quem é convocado para reunião sigilosa e reservada — disse Igor Tamauskas, advogada Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

As reuniões ocorreriam ontem e hoje em um escritório de advocacia em São Paulo, individualmente, mas as datas foram revistas para hoje e amanhã, porque ontem ocorreu uma audiência pública em Belém para tratar das primeiras licitações, envolvendo áreas em Pará e Santos. Prevê-se investimentos de R\$ 3 bilhões, e o aumento em 48 milhões de toneladas da capacidade anual dessas instalações.

A Antaq disse que os convites da EBP para conversas não têm anuência da agência ou da Secretaria dos Portos. Nos bastidores, porém, é crescente o medo do governo de que o processo seja mal compreendido pelo mercado e que os leilões sejam um fracasso. Na semana passada, a ABTP apontou “impropriedades técnicas e jurídicas nos editais”.

Indefinição sobre riscos

A EBP informou que cem instituições foram convidadas para essas reuniões, “prática comum e saudável, pois permite aos potenciais investidores apontar eventuais falhas ou sugerir aperfeiçoamentos dos trabalhos da EBP”. A empresa diz que não há participação do governo e não informou as empresas chamadas. Pelo menos Embraport, Ecovias, Ultra, Cargill, Bunge, Raízen, Klabin e CBA receberam convites, conforme apurou o GLOBO.

Representantes do setor privado criticaram o fato de a proposta de concessão prever que os arrendatários assumam riscos que não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

podem controlar, como mudanças tributárias, variação do câmbio, entre outros.

— A minuta prevê que os arrendatários possam pedir o reequilíbrio financeiro dos contratos. Mas como também está previsto que assumam todos os riscos, a possibilidade de pedido de reequilíbrio se torna inócua — diz Rafael Vêras, do escritório Firmo Sabino e Lessa Advogados, que defende um dos potenciais candidatos ao leilão.

Esta é a primeira licitação de arrendamento de terminais portuários após a aprovação da nova Lei dos Portos. As audiências ocorreram em Santos e Belém. (Colaborou Danielle Nogueira)

(URL: <http://glo.bo/138b9Bq>)

Já em 03/05/2011 o jornal “O Globo”³ noticiara que o Governo “contratará sem licitação EBP”, empresa formada por BNDES e bancos privados, para estudos de aeroportos que viriam a ser privatizados.

Torna-se, portanto, urgente que esta Comissão examine as reais condições pelas quais a EBP tem sido contratada pelo Governo Federal. É necessário que o Tribunal de Contas da União possa dispor de meios que possibilitem uma acurada auditoria nos processos licitatórios que envolveram a EBP até esta data, bem como realizar acompanhamento e recomendações quanto aos procedimentos futuros.

Cabe esclarecer ainda que o Ministério Público Federal já determinou a abertura de investigação quanto ao relacionamento da EBP com o Governo Federal, no que toca à Secretaria de Portos da Presidência da República, tal como publicado no DMPF-e de 12 de julho de 2013⁴:

PORTARIA Nº 314, DE 11 DE JULHO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

³ O Globo: “Governo contratará sem licitação EBP, formada por BNDES, BB e bancos privados, para estudos de aeroportos a serem privatizados”, <http://glo.bo/129HROd>

⁴ <http://www.transparencia.mpf.mp.br/> ou diretamente em:

http://lai.mpf.mp.br/apex/f?p=109:calendar:629685944554901::NO::P1_DT_ARQUIVO,P1_FILTRO_ANO,P1_FILTRO_MES:12/07/13,2013,07

WELLINGTON ROBERTO
Deputado Federal